

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após carnaval, Orçamento está no topo das prioridades do Congresso (Orçamento 2025)2

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nem sempre a prioridade do Haddad é a do Congresso , afirma Otto Alencar, novo presidente da CCJ do Senado5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Tarifas para aliados vão prejudicar a economia dos Estados Unidos' 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Insatisfação da base pode afetar pauta econômica9

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

México, Canadá e China reagem às tarifas de Trump 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas elevam riscos para inflação e crescimento global (Editorial) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Casos de gripe aviária nos EUA viram alerta 15

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Europa propõe plano de quase R\$ 5 trilhões para reforçar defesa 16

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Brasil vê brecha para elevar exportações, mas teme tarifas 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

País não vai sentir já efeito da guerra comercial18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Guilherme Boulos é cotado para ministério no governo Lula 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Governo publica MP que libera saques21

Após carnaval, Orçamento está no topo das prioridades do Congresso (Orçamento 2025)

Israel Medeiros +

Depois de um mês de fevereiro morno, com exceção da eleição para as presidências da Câmara e do Senado, o Congresso vai finalmente voltar ao ritmo normal de trabalhos. Já se sabia, desde janeiro, que o início do ano Legislativo seria devagar - algo que ocorre todos os anos -, mas a falta de acordo para chefiar as comissões da Câmara, a indefinição sobre as emendas parlamentares e sem a aprovação do Orçamento da União, pouco havia a tratar nas sessões em Plenário de ambas as Casas.

Os presidentes, então, pautaram projetos frios e deixaram para encarar os textos polêmicos e de maior interesse do governo só depois do carnaval. Sem emendas e com a **reforma ministerial** feita a contagotas, essa foi a **solução encontrada** por líderes partidários para lembrar ao Executivo de que, sem enviar recursos e sem dar mais espaço ao Centrão na Esplanada, será difícil avançar na agenda prioritária do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem espaço especial para as pautas econômicas.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Uma das prioridades para o reinício dos trabalhos é o Orçamento da União. Com um impasse entre Supremo Tribunal Federal (STF) e Congresso que durou meses sobre a transparência das emendas parlamentares, a votação da peça orçamentária - que já vem sendo feita aos 45 do segundo tempo ao longo dos últimos anos, deixando pouco espaço para o debate aprofundado do uso dos recursos, segundo deputados ouvidos na última semana pelo Correio - foi postergada até o último mês do ano. Naquele mês, o vai e vem na liberação das emendas se acentuou e, com a demora na aprovação do pacote fiscal, os caciques do Congresso deixaram para apreciar o Orçamento em 2025.

Depois de o ministro Flávio Dino, do STF, ter aceito, na semana passada, um plano de transparência para as emendas parlamentares costurado entre o governo e o Congresso, um consenso sobre o assunto ficou mais próximo. Isso abriu espaço para a aprovação do Orçamento.

Na última segunda-feira, o Supremo confirmou a

decisão de Dino que acatou o plano dos dois Poderes. Seguem suspensas, no entanto, as emendas que não seguem os padrões **impostos** pelo Judiciário, que exigem, por exemplo, que se conheça quem indicou os recursos e de que forma eles foram usados na ponta.

Segundo o relator do Orçamento de 2025, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), a previsão é de votar o texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 17 de março. No dia seguinte, o plenário do Congresso Nacional deve se reunir para aprová-lo.

Vou ouvir dos líderes se tem alguma sugestão para poder melhorar o texto. Por isso que nós vamos deixar para votar dia 17, porque dia 11 retoma os trabalhos pós-carnaval e, aí, vamos ouvir para que a gente leve ao plenário da CMO e, conseqüentemente, ao plenário do Congresso um texto totalmente arredondado. Não temos nenhum impasse, só faltam os ajustes que nós vamos esticar para dia 18 para isso, disse à CNN no início da semana.

A melhora da economia é a prioridade número um do governo Lula, que enfrenta uma crise de popularidade. No início de fevereiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao recém-eleito presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), uma lista de pautas que o governo quer ver avançar no Congresso em 2025. Algumas já estão tramitando e outras ainda serão enviadas.

Entre as destaques estão a reforma da renda e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O governo pretende bancar a queda de arrecadação taxando quem ganha mais, mas ainda não especificou como pretende fazer isso. O início da implantação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, aprovada em 2024, também está na lista.

O Executivo também quer limitar os supersalários no setor público apesar do lobby do Judiciário, que quer manter os atuais benefícios e conseguiu barrar o tema no ano passado. Outro foco é a reforma da previdência dos militares, tema sensível dentro das casernas e que precisará da atuação do ministro José Múcio, da Defesa, que desde o ano passado diz querer deixar o governo.

Há, ainda, projetos sobre a Lei de Falências, proteção a investidores no mercado financeiro, mercado de

crédito, regulamentação econômica das big techs, mudanças no Pé-de-Meia, e a implantação do mercado de carbono.

Após apresentar as medidas ao Congresso na primeira semana de fevereiro, na semana seguinte, o governo fez uma nova lista, mais ampla, de prioridades. Ela continha as medidas já apresentadas pela Fazenda e foi entregue pelo então ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta.

O documento foi dividido em seis eixos: agenda econômica para um Brasil mais justo; estímulo ao empreendedorismo e ao investimento; educação no centro do desenvolvimento; protagonismo no enfrentamento das mudanças climáticas; proteção às famílias e aos negócios no ambiente digital e justiça social e defesa da democracia, que tem, por exemplo, o aumento de penas e o bloqueio de bens de quem comete crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Toda essa agenda terá de ser tocada, de perto, pela nova ministra da SRI, Gleisi Hoffmann, que ainda não assumiu o cargo. Ela vai substituir Padilha, que vai para a Saúde, e colecionou desgastes com a presidência da Câmara quando o presidente da Casa era Arthur Lira (PP-AL). Além de o ministério ser responsável pela liberação de emendas, a pasta é o meio de campo entre os parlamentares e o presidente Lula.

Depois de um mês de fevereiro morno, com exceção da eleição para as presidências da Câmara e do Senado, o Congresso vai finalmente voltar ao ritmo normal de trabalhos. Já se sabia, desde janeiro, que o início do ano Legislativo seria devagar - algo que ocorre todos os anos -, mas a falta de acordo para chefiar as comissões da Câmara, a indefinição sobre as emendas parlamentares e sem a aprovação do Orçamento da União, pouco havia a tratar nas sessões em Plenário de ambas as Casas.

Os presidentes, então, pautaram projetos frios e deixaram para encarar os textos polêmicos e de maior interesse do governo só depois do carnaval. Sem emendas e com a **reforma ministerial** feita a contagotas, essa foi a **solução encontrada** por líderes partidários para lembrar ao Executivo de que, sem enviar recursos e sem dar mais espaço ao Centrão na Esplanada, será difícil avançar na agenda prioritária do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem espaço especial para as pautas econômicas.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Uma das prioridades para o reinício dos trabalhos é o Orçamento da União. Com um impasse entre Supremo Tribunal Federal (STF) e Congresso que durou meses sobre a transparência das emendas parlamentares, a votação da peça orçamentária - que já vem sendo feita aos 45 do segundo tempo ao longo dos últimos anos, deixando pouco espaço para o debate aprofundado do uso dos recursos, segundo deputados ouvidos na última semana pelo Correio - foi postergada até o último mês do ano. Naquele mês, o vai e vem na liberação das emendas se acentuou e, com a demora na aprovação do pacote fiscal, os caciques do Congresso deixaram para apreciar o Orçamento em 2025.

Depois de o ministro Flávio Dino, do STF, ter aceito, na semana passada, um plano de transparência para as emendas parlamentares costurado entre o governo e o Congresso, um consenso sobre o assunto ficou mais próximo. Isso abriu espaço para a aprovação do Orçamento.

Na última segunda-feira, o Supremo confirmou a decisão de Dino que acatou o plano dos dois Poderes. Seguem suspensas, no entanto, as emendas que não seguem os padrões **impostos** pelo Judiciário, que exigem, por exemplo, que se conheça quem indicou os recursos e de que forma eles foram usados na ponta.

Segundo o relator do Orçamento de 2025, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), a previsão é de votar o texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 17 de março. No dia seguinte, o plenário do Congresso Nacional deve se reunir para aprová-lo.

Vou ouvir dos líderes se tem alguma sugestão para poder melhorar o texto. Por isso que nós vamos deixar para votar dia 17, porque dia 11 retoma os trabalhos pós-carnaval e, aí, vamos ouvir para que a gente leve ao plenário da CMO e, conseqüentemente, ao plenário do Congresso um texto totalmente arredondado. Não temos nenhum impasse, só faltam os ajustes que nós vamos esticar para dia 18 para isso, disse à CNN no início da semana.

A melhora da economia é a prioridade número um do governo Lula, que enfrenta uma crise de popularidade. No início de fevereiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao recém-eleito presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), uma lista de pautas que o governo quer ver avançar no Congresso em 2025. Algumas já estão tramitando e outras ainda serão enviadas.

Entre as destaques estão a reforma da renda e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O governo pretende bancar a queda de

arrecadação taxando quem ganha mais, mas ainda não especificou como pretende fazer isso. O início da implantação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, aprovada em 2024, também está na lista.

O Executivo também quer limitar os supersalários no setor público apesar do lobby do Judiciário, que quer manter os atuais benefícios e conseguiu barrar o tema no ano passado. Outro foco é a reforma da previdência dos militares, tema sensível dentro das casernas e que precisará da atuação do ministro José Múcio, da Defesa, que desde o ano passado diz querer deixar o governo.

Há, ainda, projetos sobre a Lei de Falências, proteção a investidores no mercado financeiro, mercado de crédito, regulamentação econômica das big techs, mudanças no Pé-de-Meia, e a implantação do mercado de carbono.

Após apresentar as medidas ao Congresso na primeira semana de fevereiro, na semana seguinte, o governo fez uma nova lista, mais ampla, de prioridades. Ela continha as medidas já apresentadas pela Fazenda e foi entregue pelo então ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta.

O documento foi dividido em seis eixos: agenda econômica para um Brasil mais justo; estímulo ao empreendedorismo e ao investimento; educação no centro do desenvolvimento; protagonismo no enfrentamento das mudanças climáticas; proteção às famílias e aos negócios no ambiente digital e justiça social e defesa da democracia, que tem, por exemplo, o aumento de penas e o bloqueio de bens de quem comete crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Toda essa agenda terá de ser tocada, de perto, pela nova ministra da SRI, Gleisi Hoffmann, que ainda não assumiu o cargo. Ela vai substituir Padilha, que vai para a Saúde, e colecionou desgastes com a presidência da Câmara quando o presidente da Casa era Arthur Lira (PP-AL). Além de o ministério ser responsável pela liberação de emendas, a pasta é o meio de campo entre os parlamentares e o presidente Lula.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/03/7076408-apos-carnaval-orcamento-esta-no-topo-das-prioridades-do-congresso.html>

Nem sempre a prioridade do Haddad é a do Congresso, afirma Otto Alencar, novo presidente da CCJ do Senado

O senador Otto Alencar (PSD-BA), novo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), diz ao GLOBO que o colegiado não vai aderir de forma automática à agenda do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O senador também reclamou do bloqueio das emendas, considera elevadas as penas de alguns dos condenados pelos ataques do 8/1 e é contra mudar a Ficha Limpa para beneficiar Jair Bolsonaro.

Quais vão ser as prioridades da CCJ nos próximos dois anos?

Depois do carnaval uma das coisas que eu vou conversar com o Marcelo Castro (relator da reforma eleitoral) é a reforma eleitoral. Muitos senadores estão defendendo acabar com a eleição de dois em dois anos. Vai ser bom para todo mundo, para o Brasil. Tem algumas coisas que estão paradas, marco temporal. A questão dos supersalários (do Judiciário), eu estou esperando o (Rodrigo) Pacheco chegar para conversar. Vem dele aquela aquela iniciativa da PEC do quinquênio (que ampliaria a remuneração do Judiciário e compensaria a limitação). Não considero urgente para botar na sala e operar, tem que examinar bem, tem muita versão, muita narrativa nisso.

A questão de limitar os supersalários entrou na lista de prioridades de Haddad.

É, mas nem sempre a prioridade do Haddad é a prioridade do Congresso. Tem coisa que não é prioridade para o governo e é prioridade para nós. Tem coisa que é para o governo, mas não é para nós. Vamos ter que chegar e discutir profundamente.

O senhor acha que a agenda econômica do Haddad vai enfrentar dificuldades?

Eu não vejo. A (regulamentação da) tributária vai ser tranquila. (A isenção do) imposto de renda acho que não vai ter dificuldade também, vão querer talvez ampliar (para além dos R\$ 5 mil pretendidos pelo governo), mas não dá pra ampliar mais do que isso.

Gilberto Kassab, presidente do seu partido, fez uma crítica a Haddad e disse que ele não é um ministro

forte. Concorda?

O Kassab, como eu, tem direito de se manifestar. Nesses dois anos, o que foi da lavra dele (Haddad) foi aprovado tudo. Falta só essa perna da **reforma tributária**.

Bolsonaro está procurando Kassab por apoio à anistia. Ele chegou a falar com o senhor?

Não. O Kassab esteve comigo aqui. Nós tratamos desse assunto, entre tantos. Eu expus a minha visão a ele que é o que eu estou expondo aqui.

Caso aprovada na Câmara, caberá ao senhor pautar o projeto na CCJ. Vai pautar?

Não pode confundir lei da Ficha Limpa com lei da anistia, estão querendo fazer a confusão. Mudar a lei da Ficha Limpa sou totalmente contra. Claro que eu sendo presidente e instado a botar para votar, por lideranças, vou botar, mas eu pessoalmente sou contra. A outra coisa são os condenados do 8/1. Ao meu ver tem que ser revisto caso a caso, há penas que foram além do necessário. Muitos que estavam ali eram pessoas contratadas e que não sabiam nem que estavam tentando o golpe militar. Alguém que chegou ali e jogou uma pedra no vidro do Senado, da Câmara, do Supremo, ele fez um dano ao patrimônio público, como se alguém passasse na frente de um hospital e quebrasse a vidraça.

A denúncia da PGR contra o ex-presidente Bolsonaro inviabiliza a direita em 2026?

Em 2026 eu não sei responder sobre o que vai acontecer. Agora, se chegar março de 2026 e perguntar, eu digo.

Há algumas propostas de mudanças no STF na CCJ, como aquela que estabelece mandatos para os ministros. Isso será pautado?

Mandato tem que ser até a aposentadoria, não tem que mudar nada porque (mandato) fortalece a estabilidade.

A popularidade do governo Lula tem diminuído bastante. A **reforma ministerial** pode resolver a situação do governo?

Eu acho que nesse ano e até o ano que vem o presidente Lula restabelece sua popularidade. Alguns fatores concorreram para isso: o ano passado teve a estiagem longa, o desastre ambiental do RS, que é altamente produtor de alimentos, queda da produção, a seca e aí vem a **inflação**. A **inflação** é o imposto mais caro que o pobre paga.

Mas o senhor acha que precisa de **reforma ministerial**?

Não sei, eu estou muito satisfeito com os ministros, eu não tenho nenhuma crítica a fazer a nenhum deles.

O senhor vai defender internamente no PSD que o partido esteja na coligação do presidente Lula?

O presidente Lula ainda não se pronunciou, mas se ele for candidato à reeleição, na Bahia, nós, o PSD, vamos estar com o presidente. Estou me referindo à figura do presidente, a pessoa física, não estou me referindo a pessoa jurídica, o PT. Se ele vai pra reeleição, na Bahia nós vamos votar com o presidente no PSD.

Qual a solução para crise das MPs entre Câmara e Senado?

É a lei, é voltar para o que era (com uma comissão mista em vez de iniciar pela Câmara). A lei é clara, é comissão mista.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/05/nem-sempre-a-prioridade-do-haddad-e-a-do-congresso-afirma-otto-alencar-novo-presidente-da-ccj-do-senado.ghtml>

'Tarifas para aliados vão prejudicar a economia dos Estados Unidos'

RICARDO LEOPOLDO

Daron Acemoglu - Professor de Economia no MIT, estuda as origens históricas da prosperidade, da pobreza e dos efeitos das novas tecnologias

Prêmio Nobel de Economia em 2024, Daron Acemoglu, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês) afirmou que o tarifaço determinado pelo presidente dos EUA, Donald Trump, pode favorecer o dólar no curto prazo, "mas a dor virá no médio prazo", repetindo uma expressão usada pelo republicano quando determinou as novas taxas.

Segundo ele, "tarifas em aliados vão prejudicar a economia dos EUA por causa das cadeias de produção".

O professor do MIT afirmou que um grande risco da gestão Trump é estabelecer um "capitalismo de compadres", com empresas alinhadas ideologicamente ao presidente sendo beneficiadas com medidas do governo e se valorizando na Bolsa. "Alguns países podem viver com capitalismo de compadres por um longo tempo, mas, se você depende de inovação, tudo isso rapidamente será destruído." Quais fatores podem acentuar o risco à vitalidade da economia dos EUA nos próximos anos?

O que pode ocorrer é que regulações e leis não sejam aplicadas igualmente a todas as companhias. As empresas que são favorecidas pelo presidente (Donald Trump) recebem tratamentos e contratos especiais, regulação muito mais leve e apoio do governo.

E aqueles que criticam ou lançam uma luz nesta corrupção são processados por um agressivo Departamento de Justiça ou o FBI, o que torna a economia americana essencialmente em um capitalismo de compadres. Alguns países podem viver com capitalismo de compadres por um longo tempo, mas, se você depende de inovação, tudo isto rapidamente será destruído por este tipo de capitalismo de compadres. O potencial de inovação seria sugado e, além disso, as valuations (valor das empresas) nos mercados de ações ficarão muito distorcidas. Assim, o mercado de ações começará a valorizar inicialmente as empresas favorecidas pela

administração.

Mas, se essas companhias não cumprirem as suas promessas de inovação, isso também pode criar instabilidade no mercado de ações.

É possível um crash em 2030 do mercado de ações americano?

Algo como isso poderia ocorrer porque grande parte da valuation das empresas de tecnologia é baseada em promessas.

Veja o que está acontecendo com o preço das ações da Tesla.

Ele não está em linha com a venda de carros produzidos. É tudo uma questão de aposta.

Os valores das empresas são mais elevados, e isso poderá ser prejudicial à economia.

E isso pode ocorrer em cinco anos?

Isto pode ocorrer em cinco anos.

Políticas da administração Trump, como tarifas a importados, podem afetar a força internacional do dólar?

Muitas destas políticas são bastante prejudiciais à economia mundial, não necessariamente de forma direta à economia dos EUA, beneficiada pela atual ordem global, na qual o dólar é a principal unidade de troca e o sistema financeiro americano é o principal ativo seguro do mundo. Tudo isso ficaria ameaçado se os EUA fossem vistos como se escolhessem muito caprichosamente políticas diferentes, prejudicando seus parceiros e criando instabilidade.

Neste contexto, em quantos anos o dólar pode ter uma redução significativa da sua força internacional?

Muitas das coisas que Trump está adotando poderão não ter efeito ou poderão ter efeitos aparentemente benéficos no curto prazo. Por exemplo, o fato de que ele está adotando uma postura aceleracionista para IA e prometendo corte de **impostos** tornará certas empresas mais valiosas. O fato de que ele está adotando tarifas e criando problemas (no comércio

externo) pode elevar o valor do dólar no curto prazo, mas a dor virá no médio prazo.

O que significaria médio prazo?

De cinco a dez anos, mas dependerá, pois não há nada certo.

Como as tarifas a importados adotadas pelos EUA poderão impactar a economia global em 2025?

Ainda não sabemos a extensão das tarifas. Mas tarifas em aliados vão prejudicar a economia dos EUA por causa das cadeias de produção. Com tarifas a importados do México e do Brasil, estes países poderão sofrer. Os impactos dependerão de quanto eles exportam para os EUA.

O México exporta muito, o Brasil nem tanto.

As políticas do governo Trump já afetam, ou não, a condução da política monetária pelo Federal Reserve (banco central americano)?

As autoridades do Fed ainda agem como se fossem independentes, mas penso que a sua independência também será desgastada.

De que forma a independência do Fed poderá ser abalada?

Ocorrerão ameaças e pressão por Trump para reduzir os juros quando ele considerar que será necessário. Se eles (autoridades do Fed) não derem atenção a isso, haverá muita instabilidade e problemas.

Se eles derem atenção a isso, a sua independência estaria perdida.

"Empresas que são favorecidas pelo presidente recebem tratamentos e contratos especiais. Aqueles que criticam ou lançam uma luz nesta corrupção são processados por um agressivo Departamento de Justiça ou o FBI"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Insatisfação da base pode afetar pauta econômica

Marcelo Ribeiro e Murillo Camarotto De Brasília

A crise de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a insatisfação da base aliada e os problemas na articulação política podem comprometer a aprovação da pauta econômica do governo no Congresso Nacional. Pelo menos é esta a avaliação do deputado Altineu Cortes (PL-RJ), novo vice-presidente da Câmara. Os mesmos fatores podem impulsionar, na sua avaliação, o avanço do projeto que oferece anistia aos golpistas envolvidos nos atos do 8 de janeiro.

No terceiro mandato consecutivo na Casa, Cortes deve ser visto com frequência no comando dos trabalhos da Mesa Diretora, especialmente durante a votação de projetos caros à oposição. Em entrevista ao Valor, ele também criticou a articulação política do Palácio do Planalto, mas ponderou que é preciso "esperar" para avaliar o trabalho que será feito pela deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) à frente da Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

Sobre a agenda de votações na Câmara, o novo vice-presidente da Casa acredita que o acordo recente com o Supremo Tribunal Federal (STF) para destravar as emendas parlamentares pode ajudar na fluência dos trabalhos. Pondera, contudo, que os problemas na articulação podem dificultar a análise de projetos prioritários para o governo, sobretudo a ampliação da isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil.

A tendência é de que haja forte resistência ao texto, especialmente se as compensações para o custo tributário da medida vierem de aumento de **impostos**. "Ano que vem é o último ano do governo. Ele [Lula] prometeu isso para se eleger e não cumpriu a promessa até agora. E para cumprir essa promessa, ele vai querer penalizar outros brasileiros?", questionou o deputado, ao prever as dificuldades que o projeto enfrentará no Congresso.

A expectativa é que o texto seja encaminhado nos próximos dias. Nos bastidores, lideranças do Centrão também veem dificuldades de tramitação para a matéria, mas admitem que, com o restabelecimento do pagamento das emendas parlamentares e a conclusão da **reforma ministerial** que pode contemplar nomes de partidos do bloco -, o ambiente político pode

melhorar, o que abriria caminho para a aprovação da proposta.

Ao defender o avanço da anistia aos golpistas, Cortes argumenta que a aceitação à medida vem crescendo entre os deputados, mesmo após as declarações contundentes do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de que a pauta não tem chances de avançar no Congresso. Para ele, contudo, o novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não vai "tremar a mão" na hora de pautar o controverso tema, se necessário.

"Eu acho que o clima para aprovar a anistia está bom. E está cada dia melhor. Está sendo construído isso na Câmara. Eu acho que o presidente Hugo tem essa característica. Ele não vai tremar a mão no momento em que se tiver uma maioria de líderes querendo pautar a anistia", disse. Ele acredita que os índices inéditos de reprovação a Lula podem ser um "combustível" para fazer o tema avançar.

"Aqueles que não apoiam a anistia, mas que estão reclamando do custo de vida no Brasil, que estão insatisfeitos com o governo, eles acabam, na minha opinião, caminhando para pautas que talvez aquelas pessoas não apoiassem se estivessem felizes com o governo", justificou Cortes. "Então, eu acho que essa insatisfação com o governo também empurra, é um combustível a mais", completou.

A avaliação de Cortes em relação ao avanço da pauta, porém, esbarra no perfil conciliador de Motta, que já indicou a interlocutores que proposições polêmicas só avançarão caso tenham amplo apoio entre os líderes. O paraibano não pretende patrocinar, nem engavetar matérias que dividam a Casa, e deixará a mobilização por votos para medidas desse tipo sob responsabilidade daqueles que se interessam pela sua aprovação.

Motta também tem compartilhado o diagnóstico de que reveses recentes da oposição, como a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, colaboram para uma indisposição de partidos de centro em embarcar no apoio à anistia. Além disso, tem dito que quer trabalhar em sintonia com Alcolumbre, o que é visto como um obstáculo para que a matéria avance.

Segundo Cortes, há muita insatisfação com Lula na

própria base aliada, e os movimentos feitos até agora, como a troca no Ministério da Saúde, não são promissores. Para ele, a Câmara pede na articulação um deputado com "crédito" e "trânsito" no Centrão, ao custo de situação ficar "ainda pior". Questionado sobre Gleisi para a função, ele disse que prefere "esperar".

"Somente no decorrer do início dos trabalhos é que vamos ver o resultado dessa escolha do presidente. O ambiente realmente é muito desfavorável", afirmou Cortes, que também é crítico do titular da Fazenda, Fernando Haddad.

Em relação à nova Mesa Diretora, Cortes entende que o acordo em torno das emendas permitirá a "vida normal" na Casa, com a definição das comissões após o carnaval e o início dos trabalhos. Apesar do cargo, ele demonstra simpatia pelo pleito do seu partido para desfazer um acordo feito durante a gestão de Arthur Lira (PP-AL) e rever o esquema de distribuição do comando dos colegiados.

O perfil conciliador do novo presidente da Casa, segundo ele, também deve ajudar a atenuar o clima tenso com o STF, visto durante a presidência de Lira. Cobrou, no entanto, uma postura menos intransigente do Judiciário em assuntos do Congresso. "Eu acho que o presidente Hugo Motta pode construir, no diálogo com o STF, muitos avanços a respeito da legislação atual e do modus operandi que a gente vê acontecer", disse.

"Por exemplo, um partido com um deputado ou com dois deputados entra com uma ADI [Ação Direta de Inconstitucionalidade] depois de uma votação aprovada por imensa maioria na Câmara e no Senado. Isso é justo? Isso é respeitar o Poder Legislativo? Mas essa é a lei atual. Então, acho que para a gente mudar isso, nós poderíamos aqui, regimentalmente, apresentar um projeto, colocar em votação e mudar isso", propôs.

O deputado também defende uma mudança sugerida por Motta, que abre a possibilidade de destituição de presidentes de comissão pelos líderes partidários, em caso de desacordo. "Eu, sinceramente, não acho excesso de poder. Porque o presidente da comissão é indicado pelo partido. Então, se ele não estiver representando o partido, ele pode ser trocado", disse o deputado.

Ele discorda, no entanto, de uma eventual mudança nas regras da Lei da Ficha Limpa, especialmente no período de inelegibilidade previsto. Motta chegou a defender uma redução da pena para dois anos, contra os oito atualmente vigentes. "Sinceramente, não acredito que essa mudança pode acontecer agora. Por quê? Porque eu acho que, politicamente, essa pauta é

uma pauta que terá dificuldade para avançar aqui", afirmou.

A mudança beneficiaria diretamente Bolsonaro, que está inelegível. Questionado se não seria oportuno a oposição definir outro nome para a disputa ao Planalto em 2026, Cortes fez juras de lealdade ao ex-presidente. "O nosso líder é o presidente, o líder da oposição. Eu acredito nas instituições e no devido processo legal. Acredito, diante de tudo que já saiu na imprensa e foi noticiado, que o presidente Bolsonaro pode reverter essa situação da sua inelegibilidade", completou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250305/>

México, Canadá e China reagem às tarifas de Trump

O presidente dos EUA, Donald Trump, cumpriu ontem sua ameaça de impor taxas de importação de 25% sobre Canadá e México e dobrou para 20% uma taxa existente sobre a China, gerando retaliações que mergulharam a economia mundial em uma guerra comercial cada vez mais profunda.

Porém, ontem à noite, após um dia de forte queda das ações em reação as tarifas de Trump, o secretário do Comércio americano, Howard Lutnick, sugeriu que o presidente pode anunciar hoje mesmo um alívio tarifário em produtos mexicanos e canadenses cobertos pelo acordo de livre comércio da América do Norte.

Lutnick disse que as tarifas provavelmente ficarão "em algum lugar no meio do caminho" com Trump "se movendo com os canadenses e mexicanos, mas não completamente". Ele descartou a possibilidade de as tarifas americanas serem totalmente revertidas.

As novas tarifas dos EUA aplicam-se sobre cerca de US\$ 1,5 trilhão em importações anuais, uma medida ampla que sinaliza aos mercados que o presidente republicano está comprometido em infligir sofrimento econômico para gerar novas receitas e criar empregos na indústria nacional.

A China reagiu impondo tarifas de até 15%, principalmente sobre bens agrícolas dos EUA. Também aumentou o número de empresas americanas sujeitas a controles de exportação e outras restrições em cerca de duas dúzias.

O Canadá reagiu com tarifas graduais sobre US\$ 107 bilhões em produtos dos EUA ao longo de 21 dias. O premiê canadense, Justin Trudeau, que está deixando o cargo, disse ontem que lançar uma guerra comercial é "uma coisa muito idiota a se fazer".

"O que ele quer é ver um colapso total da economia canadense - porque isso facilitaria nossa anexação", disse Trudeau. "Eles escolheram lançar uma guerra comercial que prejudicará, antes de tudo, as famílias americanas. Eles escolheram sabotar sua própria agenda que deveria inaugurar uma nova era de ouro para os EUA".

Se a guerra tarifária com os EUA durar muito tempo, a economia do Canadá entrará em contração - a

primeira desde a pandemia de covid-19. Economistas estimam que as tarifas reduzirão de 2 a 4 pontos percentuais o crescimento do PIB do país. O governo Trump impôs tarifas de 10% sobre a energia canadense.

A presidente mexicana Claudia Sheinbaum disse ontem que seu governo anunciará tarifas e outras medidas no domingo em resposta às novas acusações de Trump. Ela disse que planeja falar hoje com Trump por telefone.

O México permanecerá "de cabeça fria", disse Sheinbaum. "Sempre buscaremos uma solução negociada", continuou ela, sugerindo que os consumidores e empresas dos EUA pagarão um preço alto pelas tarifas. "Não é nosso objetivo começar um confronto econômico", acrescentou.

As ações - antes do discurso de Trump no horário nobre ontem à noite no Congresso para expor suas prioridades para o segundo mandato - marcam uma nova fase na ampla redefinição econômica e diplomática do lugar dos EUA no mundo. A confirmação das tarifas acabou com as dúvidas sobre se Trump realmente cumpriria suas repetidas ameaças de acabar com os laços econômicos globais para combater o que ele considera um comércio desequilibrado.

Os mercados caíram ontem refletindo as preocupações sobre os efeitos de uma guerra comercial na economia global. O índice S P 500 fechou em baixa de 1,2%.

"Estamos em uma nova era em que o mantra é proteger os mercados e os EUA estão liderando nisso", disse Alicia Garcia Herrero, economista-chefe da Ásia-Pacífico na Natixis. "A China retaliou focando nos eleitores mais fiéis de Trump no setor agrícola. Mas isso não vai impedi-lo."

Douglas Irwin, economista do Dartmouth College, calculou que com as medidas de Trump, a tarifa média dos EUA subiu de 2,4% para 10,5%, o nível mais alto desde a década de 1940. "Estamos em uma nova era, com certeza."

O Budget Lab da Universidade Yale estima que as tarifas de Trump equivalem a um aumento de

impostos de US\$ 1,4 trilhão a US\$ 1,5 trilhão em 10 anos, afetando de forma desproporcional os pobres.

Trump indicou ainda que há mais por vir, incluindo em abril tarifas recíprocas sobre todos os parceiros comerciais dos EUA que têm suas próprias taxas ou outras barreiras sobre produtos americanos, bem como tarifas setoriais de 25% sobre canos, semicondutores e produtos farmacêuticos. Ele também disse que vai impor uma tarifa de 25% sobre as importações da União Européia e ordenou investigações sobre importações de cobre e madeira. As tarifas de aço e alumínio também devem entrar em vigor em 12 de março, impactando ainda mais o Canadá e o México.

O porta-voz da Comissão Européia, Olof Gill, disse que a decisão dos EUA ameaça interromper o comércio global, prejudicar parceiros econômicos e causar incerteza.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250305/>

Tarifas elevam riscos para inflação e crescimento global (Editorial)

O presidente Donald Trump colocou em prática suas ameaças de impor tarifas altas sobre seus principais parceiros comerciais, México e Canadá, de 25%, e mais 10% sobre mercadorias vindas da China, além dos 10% que determinara no início de fevereiro. Há mais a caminho. Pendente de estudos, os EUA podem implantar em 2 de abril a "reciprocidade" de tarifas, tendo a do país como base, e aumentar os **impostos** de importação sobre a compra de bens de nações cuja tarifação seja considerada discriminatória aos EUA. O aumento das tarifas ocorre enquanto o orçamento de Trump vai para o Senado, após aprovação na Câmara dos Deputados, prevendo um corte de gastos de US\$2 trilhões e de **impostos** de US\$4,5 trilhões em 10 anos. O resultado fiscal líquido se choca com a perda do ritmo da economia prevista de preços de importados maiores e as mais que prováveis retaliações contra as exportações americanas. A **inflação** deve subir e os juros, interromper sua queda. Sob choque de muitos impulsos conflitantes, os rumos da economia americana tornaram-se incertos e, com ele, os da economia global.

A estratégia de caos "planejado" de Trump, já em seu segundo mês, começa a ter impacto negativo. O índice de Confiança do Conference Board teve em fevereiro sua maior queda desde agosto de 2021, quando houve repique da covid-19 no país, no sétimo recuo consecutivo. O índice correlato da Universidade de Michigan teve rara queda em todos seus componentes. Um mau augúrio foi que as expectativas inflacionárias para a média dos próximos 12 meses subiram de 5,6% para 6%, uma enormidade visto o índice de **inflação** em 12 meses de janeiro (CPI), de 3%.

Os sinais dados pelos indicadores econômicos não indicam ainda uma tendência segura. Os gastos de consumo cresceram 4,2% no quarto trimestre de 2024, um ótimo desempenho, mas na ponta, em dezembro, recuaram 0,2%. Os investimentos encolheram 5,7% e o **PIB** do período teve avanço de 2,3%, ante 3,1% do trimestre anterior. O ritmo da economia está longe de ser fraco, o que demonstra a resistência da **inflação**, que voltou a subir um pouco recentemente. O índice de preços ao consumidor foi de 3% anualizados em janeiro. O de gastos pessoais de consumo, preferido pelo Federal Reserve, foi de 2,8%, e seu núcleo, de 2,6%. Todos esses números ainda se mantêm a boa

distância da meta de **inflação** de 2% perseguida pelo banco central americano, que interrompeu a queda de juros e não deu sinais de, e se, vai retomar o ciclo.

Ao estabelecer o jogo do protecionismo radical, Trump tende a desacelerar a economia a médio prazo, embora ela possa manter seu ritmo a curto prazo, sem que haja alívio na **inflação**. Retomar a produção industrial doméstica de bens que eram importados de países que os produziam de forma mais competitiva elevará os custos de imediato. As tarifas extravagantes cobradas dos principais fornecedores do mercado americano serão repassadas aos preços. A equipe de Trump não acredita que isso vá ocorrer porque os aumentos dos **impostos** de importação para a China, em seu primeiro mandato, praticamente não afetaram a **inflação**.

A situação agora é diferente. A **inflação** na época estava abaixo dos 2%, e o Fed só começou a elevar os juros em março de 2022. A preocupação do banco central durante aqueles anos continuava a ser a de evitar um risco de deflação. Além disso, as tarifas agora serão universalizadas - Trump anunciou que também que vai aplicá-las às mercadorias importadas da Europa, intenções que, se levadas em frente por um bom tempo, trarão um choque de preços nada desprezível nos Estados Unidos.

O impulso fiscal à economia depende do orçamento, aprovado por dois votos de diferença (217-215) na Câmara e que foi ao Senado. Prevê cortes de US\$ 2 trilhões em dez anos, que deverão atingir programas como o Medicaid, de seguro-saúde para a baixa renda, e o programa de auxílio alimentação. O corte dos **impostos** estende o anterior feito por Trump em seu primeiro mandato, que acaba este ano, e acrescenta outros. O efeito, segundo o Comitê por um Orçamento Responsável, será acrescentar mais US\$ 2,4 trilhões em 2034 a uma dívida que hoje é de US\$ 25 trilhões.

A alta da **inflação**, ou um mergulho na estagflação, será apenas um dos problemas que Trump legará à economia mundial se executar uma guerra tarifária generalizada. China, outrora motor principal da expansão, está em desaceleração controlada e na mira dos EUA. A Europa se debate com a semiestagnação. Juros altos e dólar valorizado estimularão a **inflação** em muitos países, como

ocorreu no Brasil, e impedirão ou retardarão a queda das taxas. A aversão ao risco elevará os prêmios de papéis da dívida, que, hoje contidos, permitiram bom volume de emissões de dívidas de empresas brasileiras e do Tesouro, a taxas razoáveis.

Os riscos externos não mudaram muito desde que Trump assumiu a Presidência. Sua política de barganhas apenas retardou a execução, que agora é executada. A melhor defesa contra as pressões desestabilizadoras seria ter a casa fiscal em ordem. O Brasil é vulnerável por não ter feito isso e não há sinais de grande preocupação com isso pela frente.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250305/>

Casos de gripe aviária nos EUA viram alerta

É comum nos depararmos, vez por outra, com notícias alarmantes que apontam para o surgimento de novos vírus capazes de reviver o horror da pandemia de covid-19.

Enquanto muito desse conteúdo surfa na onda do imediatismo em busca de audiência, uma doença, em específico, merece cuidado redobrado da sociedade civil e das autoridades: a gripe aviária causada pelo Influenza H5N1.

Nos Estados Unidos, o governo Trump inicia com um desafio econômico causado pela exorbitante alta no preço dos ovos - o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) estima que a **inflação** do produto pode chegar a 41%. A explosão da cotação é explicada pelo surto do H5N1 no país.

Na Geórgia, em janeiro e fevereiro, 45 mil aves foram infectadas, o que forçou a suspensão de toda a avicultura do estado.

Mas os impactos não ficam restritos somente à economia. Os Estados Unidos também identificaram casos de infecção pelo H5N1 em mamíferos, como vacas leiteiras, nos últimos meses. Por terem um sistema respiratório muito semelhante aos humanos, os bovinos infectados representam um risco importante para nossa saúde. É possível que o vírus, como aconteceu diversas vezes com o novo coronavírus, sofra mutações que permitam a infecção de pessoas.

Essas infecções, apesar de raras, já aconteceram.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), são 954 casos em humanos entre janeiro de 2003 e dezembro do ano passado, em 24 países. O que chama atenção para o tamanho do risco, no entanto, é a altíssima taxa de letalidade: 49% dos diagnosticados não resistiram. Para efeito de comparação, o mesmo indicador da covid-19 no Brasil gira em torno dos 2%.

O controle do H5N1 passa por desafios importantes. Pela falta de conhecimento, muitos avicultores não fazem ideia dos sintomas da doença, portanto, sequer conhecem os perigos.

Os sinais passam pela redução da produtividade dos animais, dificuldade para respirar e tosse.

Essa limitação gera, evidentemente, risco de subnotificação. Há uma baixíssima cobertura

epidemiológica voltada ao vírus, por isso infecções assintomáticas e, até mesmo, sintomáticas podem passar despercebidas pelas autoridades de saúde. Tal cenário aumenta ainda mais o risco, já que os vírus têm como característica a rápida adaptação para o surgimento de novas cepas, com intuito de diversificar seus hospedeiros.

Mas qual a saída para reduzir o risco?

Além de maior conscientização de avicultores e de reforço da vigilância epidemiológica, o mundo precisa investir recursos em pesquisas voltadas à criação de uma vacina capaz de frear a transmissão da gripe aviária. Nos EUA, cinco trabalhos estão em andamento - dois deles querem motivar a geração de anticorpos capazes de neutralizar o H5N1.

Outra saída é a criação de vacinas que protejam diretamente as aves - como acontece com a febre aftosa, por exemplo. A discussão, no entanto, passa pelo impacto econômico da medida.

Há risco de que essa estratégia comprometa o desempenho do setor, sobretudo em países com fortes agendas contra os imunizantes, como os Estados Unidos.

Além disso, a conscientização dos avicultores também passa pelo aspecto econômico. Por temerem perder dinheiro, muitos ignoram os sinais da doença e evitam a notificação junto às autoridades.

Nos EUA, um acerto do governo foi a remuneração dos criadores mesmo em caso de sacrifício dos animais.

No entanto, só há reembolso daqueles que forem mortos após a comunicação.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7063/05-03-2025.html?all=1>

Europa propõe plano de quase R\$ 5 trilhões para reforçar defesa

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, propôs ontem um plano de \approx 800 bilhões (R\$ 4,8 trilhões) para reforçar as defesas dos países da União Europeia, com o objetivo de diminuir o impacto de uma possível retirada de apoio dos EUA ao bloco e fornecer à Ucrânia força militar para negociar com a Rússia após o congelamento da ajuda dos americanos.

Von der Leyen disse que o pacote batizado de "ReArm Europe" (Rearmar a Europa) será apresentado mais detalhadamente aos 27 líderes do bloco em reunião de emergência em Bruxelas amanhã.

"Não preciso descrever a natureza grave das ameaças que enfrentamos", disse. "Estamos em uma era de rearmamento".

Seu plano inclui um programa de empréstimo de \approx 150 bilhões (R\$ 912 bilhões) para pagar por mais armas e tecnologia, além de afrouxar as regras para gastos militares sem ativar as cláusulas de punição do bloco.

DETALHES. O financiamento para empréstimos seria levantado em mercados de capital, de acordo com altos funcionários da Comissão Europeia. Para isso, a UE contaria com uma provisão de emergência que permite assistência financeira aos Estados-membros em circunstâncias excepcionais. O plano teria de ser aprovado por um pouco mais do que a maioria do Conselho.

Outro recurso será permitir que os países aumentem seus gastos militares sem prejudicar outros setores, como assistência social e saúde. Os países da UE devem manter seus déficits abaixo de 3% de sua produção econômica, ao mesmo tempo em que limitam sua dívida.

Não fazer isso pode resultar em multas. Oito países, incluindo Bélgica e Polônia, já estão próximos de atingir esses limites ou estão em séria violação deles, como a França.

Von der Leyen então sugeriu uma "cláusula de escape" orçamentária para que os países possam aumentar os gastos em mais 1,5% do **PIB** - quase dobrando os atuais pouco menos de 2% - isso somaria cerca de \approx 650 bilhões (R\$ 4 trilhões) em quatro anos. Com essa flexibilidade, os países poderiam aumentar

fortemente seu nível de apoio à Ucrânia, disse Von der Leyen.

Mas mesmo que o Conselho Europeu aprove o plano, a decisão final de aumentar os seus déficits ainda caberá aos Estados. | AP e NYT

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil vê brecha para elevar exportações, mas teme tarifas

THAÍS BARCELLOS E MARCOS FURTADO

O Governo brasileiro acompanha com atenção os desdobramentos da aplicação de tarifas pelos Estados Unidos sobre produtos importados de China, Canadá e México, bem como a retaliação desses países. Ainda que a medida não afete o Brasil diretamente, as movimentações podem abrir oportunidades de negócio para os produtos nacionais. Por outro lado, a confirmação da ofensiva protecionista do governo de Donald Trump traz receios em relação a alíquotas que poderão afetar o Brasil, sobre aço e alumínio, previstas para entrar em vigor ainda neste mês.

A reação chinesa de taxar alimentos americanos, entre eles frango, carne e soja, que são itens de destaque na pauta de exportações brasileiras, pode acabar beneficiando o Brasil, pois Pequim terá de buscar esses produtos em outros mercados. Além disso, Trump também ameaçou aplicar tarifas sobre alimentos a partir de abril.

- De modo geral, o Brasil tem capacidade de atendimento (a um possível aumento de demanda pela China), sobretudo se o mundo conseguir avançar no acordo de paz entre Rússia e Ucrânia. Isso poderia reduzir o preço de insumos importantes, como fertilizantes, e contribuiria para aumentar ainda mais a oferta no Brasil no médio e longo prazo - diz o economista André Galhardo, da consultoria Análise Econômica.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, pondera, no entanto, que esse ganho tende a ser passageiro:

- Quando um dos dois principais produtores mundiais de soja, carne bovina e frango (EUA e Brasil) encontra dificuldades para exportar, a tendência natural é que os compradores busquem o outro fornecedor. No entanto, essa situação não costuma se sustentar por muito tempo. Medidas comerciais são constantemente revistas e, dada a importância econômica dos Estados Unidos e da China, é provável que ajustes ocorram.

IMPREVISIBILIDADE

O especialista destaca que, caso haja um aumento significativo das exportações de commodities brasileiras, a oferta interna de alimentos pode ser

reduzida, o que pode pressionar os preços no Brasil e a **inflação**. Já Galhardo avalia que a chance é reduzida, pois um eventual aumento das exportações brasileiras seria gradual.

Para pessoas envolvidas nas conversas entre o governo brasileiro e empresários para conter a alta dos alimentos, as medidas protecionistas não devem afetar no curto prazo o preço da comida por aqui. As reuniões com o setor privado para tratar de possíveis ações que possam dar um alívio no bolso do consumidor devem prosseguir nesta semana.

José Augusto ressalta que a imprevisibilidade do atual cenário exige que o Brasil aja com prudência:

- O Brasil precisa adotar uma posição neutra. Até o momento, a Europa, que tem mais peso político e econômico que o Brasil, também não tomou partido. O ideal é evitar declarações ou medidas que possam ser vistas como alinhamento a um dos lados.

Segundo interlocutores do Itamaraty, é necessário mais tempo para avaliar a movimentação das peças no comércio global. Há preocupação em relação à tarifa de 25% sobre as importações de aço e alumínio. A promessa é que ela entre em vigor no próximo dia 12. Em 2024, o Brasil foi o segundo maior fornecedor de aço para os EUA, em volume, atrás apenas do Canadá.

O governo brasileiro está tentando uma aproximação com o governo Trump. O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Comércio e Indústria, Geraldo Alckmin, pediu uma conversa com o secretário de Comércio, Howard Lutnick. Ela estava prevista para a sexta passada, mas deve acontecer nos próximos dias.

O governo brasileiro estuda a redução das tarifas de importação do etanol como uma moeda de troca contra a taxaçoão do aço e alumínio.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

País não vai sentir já efeito da guerra comercial

Rafael Vazquez e Anais Fernandes De São Paulo

Os reflexos das tarifas que o americano Donald Trump impôs a China, Canadá e México - e as respectivas retaliações - podem afetar fluxos comerciais do Brasil, mas não de imediato, dizem economistas. Eles estão mais preocupados com os desdobramentos da guerra tarifária que incluem **inflação** alta com atividade fraca nos EUA e juro americano elevado, além de dólar forte globalmente, tudo isso em um contexto em que o Banco Central do Brasil também tenta controlar os níveis dos preços por aqui.

"O conjunto agressivo de aumento de tarifa nos EUA faz com que a economia americana entre em cenário de possível estagflação", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. O impacto disso, diz, tende a ser mundial. Se, além do "ataque tarifário" de Trump, o mundo retaliar, o **PIB** dos EUA poderia cair mais de 1 ponto percentual, estima Vale. "Claro que Trump ainda pode reverter sua política, mas os sinais são de que ele vai aprofundar nos erros que tentou no primeiro mandato. Paga o mundo com menos crescimento e/ou recessão", afirma.

No caso brasileiro, continua, como há também o impacto negativo via depreciação do câmbio, o cenário pode ser ainda mais complicado, pois uma desaceleração da atividade já está contratada este ano pelos juros. "O movimento americano só piora esse quadro e arrasta a gente para um cenário mais adverso, com potencial estagflacionário aqui também", diz.

A disputa tarifária encabeçada por Trump está escalando rápido, observa Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), a partir, por exemplo, das respostas de autoridades do Canadá.

"A questão de fluxo de comércio para o Brasil é algo que não tem efeito grande imediato, porque vai depender do que vai acontecer, nos próximos meses, nessa escalada da guerra comercial e como cada país vai se ajustar. O efeito, realmente, é para as economias mais ligadas à disputa com Trump. Países que mantêm um certo equilíbrio com os EUA, como o Brasil, podem ter consequência direta desse processo, mas eu vejo isso numa escala de tempo", afirma.

O Brasil, no entanto, é "totalmente afetado pelo juro americano e pela força do dólar", diz Tingas. "A situação é complexa porque tem vetores de força de mercado para os dois lados. O melhor que o Brasil tem a fazer é tentar cuidar da própria casa para se fortalecer numa eventual conjuntura muito mais negativa."

No governo, a reação foi de cautela e expectativa quanto à conversa que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alck-min, terá com o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick. A conversa, por telefone, estava prevista para acontecer na sexta-feira (28), mas não ocorreu e ainda não há data definida. O Valor apurou, no entanto, que a ligação pode acontecer mais provavelmente a partir da semana que vem.

Exportadores brasileiros também estão de olho na ordem executiva assinada pelos EUA no sábado para abrir uma investigação que pode levar à elevação de tarifas sobre produtos de madeira, incluindo a serrada e derivados, como móveis. A preocupação alegada é a segurança nacional, assim como no anúncio de tarifas universais sobre aço e alumínio, lembra Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). "Os argumentos são que tem muita oferta doméstica e a importação estaria tirando espaço disso."

Embora esses itens não estejam no "top 10" das exportações brasileiras, os EUA, junto à Europa, são um dos principais destinos para a indústria de móveis e madeira do país, e as implicações de eventuais medidas podem ser substanciais, segundo Welber Barrai, ex-secr-tário de Comércio Exterior do Brasil e advogado do BPP Advogados. "Pode levar a tarifas adicionais ou cotas", diz. "Dependendo da conclusão, as tarifas podem dificultar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado dos EUA." A investigação tem até 270 dias para ser concluída. "Dado o movimento mais agressivo de Trump, é provável que esse aumento aconteça", diz Vale, acrescentando que "não será tão simples" mudar de comprador com o mundo e o Brasil crescendo menos. (Com LuAiko e Fabio Murakawa, de Brasília)

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250305/>

Guilherme Boulos é cotado para ministério no governo Lula

Israel Medeiros +

Após a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) ser confirmada na Secretaria de Relações Institucionais, o foco da **reforma ministerial** deve ser a troca na Secretaria-Geral de Governo, que hoje está nas mãos do petista Márcio Macêdo. Dentro do Palácio do Planalto, há insatisfação com o trabalho do baiano na pasta, que tem como uma das responsabilidades dialogar com movimentos sociais.

Macêdo circula como um dos ministros pendurados desde o ano passado e a própria Gleisi foi cotada para o cargo, mas demonstrou mais interesse em tocar a articulação política do governo. Durante o feriado de carnaval, o nome do deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) começou a circular na imprensa como possível escolhido. Segundo o jornal Folha de S.Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva citou o nome de Boulos em algumas conversas sobre uma eventual substituição na Secretaria-Geral.

Boulos, eleito deputado federal com mais votos em São Paulo em 2022, já foi líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Ele perdeu sua segunda eleição para a Prefeitura de São Paulo em 2024, mesmo com o apoio do governo Lula. Com perfil político combativo nas redes sociais, Boulos integra um grupo do PSol mais alinhado às políticas do governo.

Sua ida para o ministério tiraria espaço do PT na Esplanada, o que pode gerar resistência dentro do partido. Deputados do PT consultados pelo Correio acham que é baixa possibilidade de Boulos assumir a Secretaria-Geral. Parte disso se deve à característica do cargo, que, segundo eles, exige um diálogo próximo com diversas organizações da sociedade civil.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Outro impedimento é o histórico de Boulos, frequentemente taxado como radical por setores de centro e de direita. Embora tenha se afastado da militância de rua e caminhado mais em direção ao centro, o Boulos do antigo testamento ainda motiva críticas e apelidos jocosos, por parte de colegas parlamentares de extrema-direita, de invasor de terras

No PT, além da possível perda de espaço no Palácio do Planalto, outro assunto que vai ocupar a cúpula da sigla é a sucessão da presidência da legenda. Com Gleisi prometida à SRI, a sigla fará, nesta sexta-feira (7/3), uma reunião para tratar do tema. A petista passou quase oito anos no comando do partido e vai se licenciar do cargo - embora em dezembro tenha dito que gostaria de terminar o mandato, que acaba no meio do ano - para assumir o ministério.

Um dos favoritos é o senador Humberto Costa (PT-PE), que já foi ministro da Saúde de Lula de 2003 a 2005. Aliados na sigla tentam costurar um acordo para que ele assuma interinamente até a eleição em julho, quando poderá se candidatar formalmente. Outro nome possível é o do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Após a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) ser confirmada na Secretaria de Relações Institucionais, o foco da **reforma ministerial** deve ser a troca na Secretaria-Geral de Governo, que hoje está nas mãos do petista Márcio Macêdo. Dentro do Palácio do Planalto, há insatisfação com o trabalho do baiano na pasta, que tem como uma das responsabilidades dialogar com movimentos sociais.

Macêdo circula como um dos ministros pendurados desde o ano passado e a própria Gleisi foi cotada para o cargo, mas demonstrou mais interesse em tocar a articulação política do governo. Durante o feriado de carnaval, o nome do deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) começou a circular na imprensa como possível escolhido. Segundo o jornal Folha de S.Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva citou o nome de Boulos em algumas conversas sobre uma eventual substituição na Secretaria-Geral.

Boulos, eleito deputado federal com mais votos em São Paulo em 2022, já foi líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Ele perdeu sua segunda eleição para a Prefeitura de São Paulo em 2024, mesmo com o apoio do governo Lula. Com perfil político combativo nas redes sociais, Boulos integra um grupo do PSol mais alinhado às políticas do governo.

Sua ida para o ministério tiraria espaço do PT na Esplanada, o que pode gerar resistência dentro do

partido. Deputados do PT consultados pelo Correio acham que é baixa possibilidade de Boulos assumir a Secretaria-Geral. Parte disso se deve à característica do cargo, que, segundo eles, exige um diálogo próximo com diversas organizações da sociedade civil.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Outro impedimento é o histórico de Boulos, frequentemente taxado como radical por setores de centro e de direita. Embora tenha se afastado da militância de rua e caminhado mais em direção ao centro, o Boulos do antigo testamento ainda motiva críticas e apelidos jocosos, por parte de colegas parlamentares de extrema-direita, de invasor de terras

No PT, além da possível perda de espaço no Palácio do Planalto, outro assunto que vai ocupar a cúpula da sigla é a sucessão da presidência da legenda. Com Gleisi prometida à SRI, a sigla fará, nesta sexta-feira (7/3), uma reunião para tratar do tema. A petista passou quase oito anos no comando do partido e vai se licenciar do cargo - embora em dezembro tenha dito que gostaria de terminar o mandato, que acaba no meio do ano - para assumir o ministério.

Um dos favoritos é o senador Humberto Costa (PT-PE), que já foi ministro da Saúde de Lula de 2003 a 2005. Aliados na sigla tentam costurar um acordo para que ele assuma interinamente até a eleição em julho, quando poderá se candidatar formalmente. Outro nome possível é o do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/03/7076361-guilherme-boulos-e-cotado-para-ministerio-no-governo-lula.html>

Governo publica MP que libera saques

Estadão Conteúdo

Brasília - O governo federal publicou na sexta-feira (28) a medida provisória (MP) que autoriza trabalhadores demitidos e que optaram pela modalidade do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) a sacarem o saldo bloqueado do fundo. A medida contempla trabalhadores que foram demitidos entre janeiro de 2020 até a data da publicação da MP.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os pagamentos começam nos dias 6, 7 e 10 de março no valor de até R\$ 3 mil de acordo com o saldo disponível na conta de **FGTS**.

A segunda parcela, para valores superiores a R\$ 3 mil (saldo remanescente), será paga a partir de 17, 18 e 20 de junho.

"Será efetuado, em 6 de março de 2025, o pagamento do saque de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) do saldo disponível, para os trabalhadores com conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do **FGTS**", diz o texto da MP.

"Será efetuado, em 17 de junho de 2025, o pagamento do valor remanescente do saldo disponível para os trabalhadores com conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do **FGTS**", completa.

Serão disponibilizados R\$ 12 bilhões para 12,2 milhões de trabalhadores.

Cerca de 10 milhões de pessoas terão os valores creditados diretamente em suas contas bancárias cadastradas no aplicativo do **FGTS**.

Os outros 2 milhões, que não têm cadastro, poderão sacar o valor nas agências da Caixa ou nas casas lotéricas, conforme calendário a ser divulgado.

A MP publicada pelo governo reitera que os trabalhadores que comprometeram os recursos com empréstimos bancários - por meio da chamada "antecipação do **saque-aniversário**" - não serão beneficiados. Se o beneficiário tiver feito uma alienação ou cessão fiduciária, todas as garantias acordadas serão mantidas.

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/>